

# CEDI

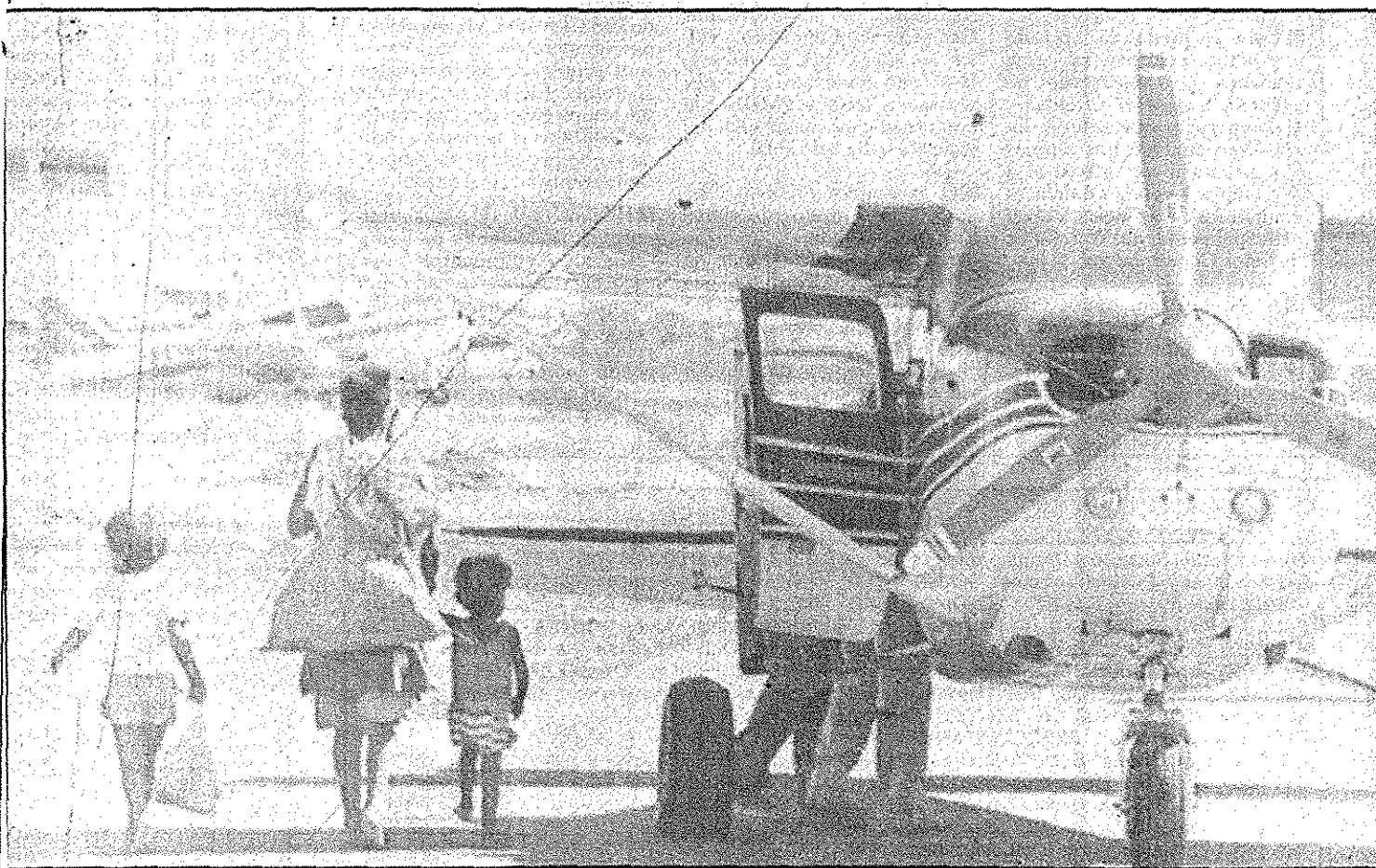
## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : CB

CLASS. : 1212

DATA : 06 01 90

PG. : capa/9



*Yanomamis submetidos a exames médicos em Boa Vista são conduzidos de volta a suas aldeias em aviões dos garimpeiros*

### *Governo tenta saída pacífica de garimpeiros*

A partir de segunda-feira o Governo inicia a retirada de 40 mil garimpeiros das terras dos índios Yanomami, em Roraima, numa operação que o ministro da Justiça, Saulo Ramos, espera que seja pacífica. Para evitar os conflitos, o Governo, segundo ele, já começou a negociar com o sindicato da categoria outros locais onde possam continuar trabalhando, provavelmente uma área de floresta nacional. Para conscientizar os garimpeiros da necessidade de saírem da área Yanomami, os aviões da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Força Aérea Brasileira (FAB) vão sobrevoar a região soltando cerca de 60 mil panfletos com alertas sobre a situação irregular.



# Saulo quer paz na retirada de garimpeiro

A retirada dos 40 mil garimpeiros da reserva dos Yanomami, em Roraima, será pacífica e o Governo já começou a negociar com o Sindicato da categoria a destinação de locais onde possam continuar trabalhando. Essas informações foram prestadas ontem pelo ministro da Justiça, Saulo Ramos, que recebeu orientação do presidente José Sarney para que a operação seja efetuada sem qualquer tipo de violência.

Segundo Saulo Ramos, o presidente José Sarney manifestou preocupação com o noticiário sobre a operação, que a mostra como contrária e hostil aos garimpeiros. "A intenção do Governo não é esta, apesar de haver a firme disposição em se fazer cumprir a Constituição, de fazer cessar a invasão. Os garimpeiros só estão trabalhando em local errado", afirmou.

Saulo Ramos disse, ainda, que já conversou sobre o assunto com o governador de Roraima, Romero Jucá Filho, que está de acordo com a operação de retirada dos garimpeiros. "Num primeiro momento o governador mostrou preocupação com uma provável crise econômica no seu estado com a retirada dos garimpeiros, mas está tudo certo", observou.

Para dar condições de trabalho aos garimpeiros o Departamento Nacional de Produção Mineral está estudando a destinação de

áreas próprias para o garimpo em Roraima. Saulo Ramos informou que as negociações neste sentido já estão sendo feitas com o Sindicato dos Garimpeiros e o primeiro local a ser oferecido aos trabalhadores, provavelmente será o conhecido por floresta nacional. O ministro disse que a operação de retirados dos garimpeiros das terras yanomami, começa no próximo dia sete, e se estenderá por 30 dias podendo se estender por mais tempo se não for possível retirar todos os garimpeiros da área nesse período.

## Comando desconhece operação

MANOEL LIMA  
Correspondente

Manaus — O Comando Militar da Amazônia desconhecia até ontem à tarde o esquema operacional para a retirada dos garimpeiros da área dos índios Yanomami. A Operação Yanomami terá o apoio logístico das Forças Armadas — Exército e Aeronáutica —, mas até agora nenhuma instrução do Comando Militar da Amazônia havia recebido do Ministério do Exército para apoiar a operação com suas tropas.

A Polícia Federal no Amazonas também desconhece detalhes da operação, já que tudo está

O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, disse ontem, depois de participar de cerimônia no Estado Maior das Forças Armadas, que o Ministério da Justiça não pretende desencadear uma "Operação de Guerra" para retirar os garimpeiros. "Não pretendemos tirá-los à força. Faremos primeiro um trabalho de convencimento. Para o qual contaremos com o apoio da Igreja, de forma a conscientizá-los de que estão praticando um ato ilícito permanecendo em terras indígenas", disse Tuma.

sendo montado em Brasília. O assessor de imprensa da Superintendência da Polícia Federal, Jorge Pontes, confirmou apenas que dois delegados e 15 agentes deverão ser deslocados de Manaus para Boa Vista para integrarem o efetivo de 250 agentes federais que atuarão na operação de retirada dos garimpeiros.

Fontes do Comando Militar da Amazônia estranharam ontem que até agora, a dois dias do início da operação, nenhuma instrução superior tenha chegado ao comando. "Só sabemos que o Exército dará esse apoio pelo noticiário da imprensa", disse uma fonte do Comando Militar da Amazônia.

## Panfletos tentam amenizar o impacto

VAL SAMPAIO

A operação de retirada dos garimpeiros da área Yanomami inicia uma nova fase nesta segunda-feira, quando os aviões da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Força Aérea Brasileira (FAB) soltarão por toda a área cerca de 60 mil panfletos. A panfletagem tem como objetivo amenizar o impacto da segunda fase da operação prevista para o próximo dia 15, e orienta os garimpeiros sobre a sua situação irregular, ameaçando-os, inclusive, de perderem seus equipamentos se insistirem em permanecer na área.

A Funai estima que tenha diminuído a população dos garimpos, que gira em torno de 20 mil pessoas, graças aos festejos de final de ano ou até pela divulgação da operação militar que pretende intervir na área com mais de 400 policiais federais. A verba disponível para a retirada dos garimpeiros da área Yanomami é de NCz\$ 35 milhões, que irão mobilizar os oito aviões da Funai.

Para evitar sabotagens, os aviões ficarão sob a guarda da Poli-

cia Federal dentro da Base Aérea de Boa Vista, como uma das medidas de segurança visando garantir o sucesso da operação. O prazo para retirada dos garimpeiros da região é até o dia 15 de março, completando os 60 dias previstos nos relatórios confidenciais da Funai. O coronel Airton Alcântara, que é coordenador-geral da operação pela Funai, afirma que o sucesso da operação só trará benefícios para o País, já que grande parte do minério é desviada para o exterior.

### PREJUÍZOS

Além do extravio de ouro, cassiterita e diamantes, que são os minérios de maior produção dos garimpos de Roraima, os técnicos da Funai contabilizam uma grande perda ecológica, pois até o momento, registra-se mais de 10 rios afetados pelo uso constante do mercúrio utilizado na extração do ouro. A derrubada de grande parte da floresta virgem é responsável hoje pelo crescimento de doenças entre a população indígena.

Nos levantamentos da operação foram detectados pela Poli-

cia Federal e Funai de 105 pistas de pouso, mais 85 clandestinas, 180 balsas, 450 barracas e 400 aeronaves, que completam a comercialização do minério extraído para o mercado externo.

O funcionamento do garimpo em Roraima mudou radicalmente o padrão de vida dos habitantes de Boa Vista, que hoje convivem com um dos maiores custos de vida do País. Além de ter criado uma dependência econômica muito forte entre os donos de garimpo e comerciantes da capital, que já iniciaram as articulações entre parlamentares do Congresso Nacional para garantir a legalização dos garimpos na região.

A Operação Saúde iniciada no último dia 3 sob a coordenação de José Leite Saraiva, técnico do Ministério da Saúde, chegou em Boa Vista com 3 mil 700 quilos de medicamentos e alimentos que começarão a ser distribuídos aos postos indigenistas e à Casa do Índio. Os técnicos do Ministério da Saúde e da Funai estimam atuar entre cinco mil índios atingidos principalmente pela malária, entre outras doenças transmitidas pelos garimpeiros.

JEFFERSON PINHEIRO



Saulo promete cumprir a orientação de Sarney de evitar a violência

## Juiz reabre garimpo de cassiterita

RUBENS COUTINHO  
Correspondente

Porto Velho — O juiz titular da comarca do município de Ariquemes, a 200 quilômetros da capital, José Anastácio, expediu ordem despacho "de efeito suspensivo" ao mandado de segurança que fechou o garimpo de cassiterita do Bom Futuro, o maior do Brasil e onde teriam morrido, nos últimos dois anos, cerca de 300 homens.

"Eu, que conheço bem aquela região, sei que o fechamento do garimpo indefinidamente causaria sérios prejuízos aos mais de dez mil garimpeiros que trabalham na área", disse José Anastácio, justificando a sentença.

O promotor de Justiça Manoel dos Anjos, curador do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado, recebeu com indignação e surpresa a notícia da reabertura do Bom Futuro. "É uma atitude inusitada porque ele (o juiz José Anastácio) designou um perito de sua confiança, que fez um laudo dos mais completos que se tem notícia na Amazônia, revelando que o funcionamento do garimpo trará sérias consequências ao meio ambiente da região. O laudo revela, ainda, que essa balela de convulsão social não passa de uma grande mentira", garantiu o promotor.

Inconformado com a decisão judicial, Manoel dos Anjos indagou: "como, a despeito de um parecer técnico, ele fez um negócio destes? Estou perplexo". Agora, o promotor, que retornou às 18h de Ariquemes, promete entrar na Justiça contra a decisão do juiz. "Muito me surpreende que o juiz tenha liberado uma prática criminosa", concluiu.

Mais moderado em suas declarações, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Rondônia, Antonio Acácio Moraes do Amaral, um severo crítico da reabertura do garimpo, disse ser necessária "muita dedicação à causa pública para enfrentar esta verdadeira calamidade instalada na área do Bom Futuro".

Na opinião de Acácio Amaral, "a atitude do juiz de Ariquemes deverá ser analisada com cautela, porque ampara uma extração mineral num local onde não se respeita nada. Tudo se destrói e se descumpre, é muita responsabilidade".

## Produção mineral dará royalties a indígenas

As populações indígenas terão direito a participar dos royalties sobre a produção mineral. Foi o que afirmou o consultor-geral da República, Clóvis Ferro Costa, em parecer feito sobre divergência entre o Ministério do Interior e a Funai, sobre o direito de locomoção em área indígena. Mas, os índios farão jus à participação somente depois que a matéria for regulamentada pelo Congresso Nacional. O parecer foi aprovado pelo presidente José Sarney.

O consultor-geral defendeu a reformulação da legislação indígena, especialmente o processo de demarcação, que deve ter caráter contencioso, dando direito a contestação e produção de provas, por parte dos eventuais interessados. Ele acha necessária a reestruturação da Funai, para transformá-la num órgão meramente assistencial, e não de comandante da política indigenista.

No parecer, o consultor Cló-

vis Ferro Costa é contrário à interdição da estrada que liga a Mina de Pitinga, de propriedade da empresa Paranapanema, à rodovia BR-174 — Manaus a Caracarái —, como foi solicitada pelo subprocurador-geral da República, Carlos Victor Muzzi. Costa sustenta o caráter nefasto do fechamento da estrada, que passa pela reserva indígena de Waimiri-Atroari, porque vai representar um grande prejuízo para a empresa e para o País.

Clóvis Ferro Costa sustenta em seu parecer que a Paranapanema vem explorando a maior jazida de estanho do mundo, que representa uma exportação de 150 milhões de dólares, por ano, e garante o sustento de sete mil famílias. Depois de regulamentar a legislação, os índios vão ganhar mais de dois milhões de dólares de royalties, estima o consultor-geral. O pedido de interdição, para o assessor de Sarney, foi feito por pessoas radicais, justificou.